

**SE VOCÊ
DEFENDE A
DEMOCRACIA,
OS EMPREGOS
E A SOBERANIA
NACIONAL**

DIA 13, SEXTA-FEIRA

**VENHA PARA A RUA
DIZER NÃO AO GOLPE.
DIGA SIM À DEMOCRACIA!**

**15h
ABRAÇO
À PETROBRÁS**

Local: Av. Chile -
Centro RJ

**17h
ATO SHOW**

Local: Cinelândia



PROPOSTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SUPERAÇÃO DA CRISE NA PETROBRÁS

Nossa proposta para a preservação em sua integridade das operações correntes e dos investimentos da Petrobrás aprofundada em discussões com dirigentes de Centrais Sindicais é a seguinte:

- a. Garantia do Tesouro, através do BNDES, de assegurar os recursos necessários para as necessidades de caixa de curto prazo e para sustentar os programas de investimento da Petrobrás (incluindo seu entorno econômico que representa mais de 13% da economia brasileira) a fim de evitar ou reverter perdas com paralisação de obras e investimentos, preservando-se com prioridade a estrutura do emprego na cadeia do petróleo. Isso não é nenhuma novidade: foi o que o Governo americano fez com a indústria automobilística, com os bancos Citigroup e o Bank America, estatizados temporariamente, com dinheiro público, em 2009 a fim de que não quebrassem; no nosso caso, não é necessário dinheiro público;
- b. Comprometimento explícito do Governo com o modelo de operadora única no regime de partilha do Pré-Sal e com o conteúdo nacional de equipamentos, sempre tendo em vista a geração e preservação do emprego no Brasil;
- c. Comprometimento do Governo com a defesa da Engenharia Nacional, evitando a ruptura da cadeia de pagamentos e recebimentos por simples suspeitas de irregularidades na operação Lava Jato, colocando como condição fundamental o pagamento das folhas salariais na cadeia do petróleo e do setor público (abaixo);
- d. Comprometimento do Governo com as políticas de mobilização dos recursos do Pré-sal para educação e saúde públicas;
- e. Comprometimento do Governo em assegurar junto à Justiça a imediata liberação para os municípios dos recursos de royalties do petróleo.
- f. Comprometimento do Governo com aceleração do processo de reforma agrária.
- g. Liberação imediata pelo Tesouro dos recursos das Universidades Federais, sem contingenciamento, assim como dos recursos do Sistema Único de Saúde, ambos constituindo os braços essenciais do Estado em termos de políticas públicas.

Essas medidas, que não violam qualquer dispositivo legal – na verdade, reforçam os já existentes –, resolvem os problemas de caixa da Petrobrás e preservam a capacidade de gastos e de investimento do setor público. A propósito, há quem tenha a opinião de que, tendo em vista os preços atuais do petróleo, seria melhor adiar o programa

de investimentos da empresa. É um equívoco. O preço do petróleo, estruturalmente, tende a subir. E precisamos da receita futura do petróleo acima de nossas necessidades para podermos crescer.

Em relação às empresas de engenharia envolvidas na Operação Lava Jato, nossa proposta é separar a empresa do empresário, e preservar integralmente empregos e empresas, dentro da seguinte linha:

1. Na eventualidade de iminência ou efetiva suspensão de contratos e pagamentos por efeito da Lava Jato que ponham em risco o funcionamento normal da empresa, inclusive quanto a crédito bancário, deve ser buscado um entendimento com o acionista majoritário no sentido de colocar a empresa em regime de recuperação judicial, com a nomeação de um síndico indicado pelo juiz do processo e com apoio explícito de uma representação dos trabalhadores e da sociedade civil (OAB);
2. O síndico nomeará uma Diretoria independente dos controladores, com mandatos, ambos, de cinco anos, durante os quais deverão ser pagas as multas e indenizações eventualmente impostas em ação civil ou processo administrativo num montante que não inviabilize o funcionamento normal da empresa;
3. Tão logo tome posse a Diretoria, serão retomados pela Petrobrás e o setor público em geral todos os pagamentos devidos à empresa a fim de restaurar o quanto antes a cadeia de recebimentos e pagamentos empresariais, evitando um processo de inadimplências e quebras em cascata; também será retirada a declaração de inidoneidade da empresa para efeito de participação em licitações e concorrências no setor público, o que contribuirá para a restauração de seu crédito bancário.

Não há dinheiro público nessa operação. Sequer precisamos de um Proer para empresas, a exemplo do Proer que salvou bancos na crise do Real no Governo FHC. Ao contrário, o setor público – notadamente a própria Petrobrás, a entidade lesada – será ressarcida pelas empresas que aderirem ao esquema mediante o compromisso de pagar as indenizações e multas fixadas pela Justiça em nível compatível com o funcionamento e a evolução dela.

